



Aspectos do “fazer história” e sua prática no Ceará da segunda metade do século XIX.

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira¹

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 11/05/2019

RESUMO

Partimos do pressuposto que o ato que redonda no gesto de “fazer história” é mediatizado por técnicas próprias de produção, organizadas conforme os aspectos inerentes a um lugar e a um tempo específicos. Em função desse lugar, métodos são instaurados, interesses delineados e as propostas se organizam. E o tempo a ser aludido aqui é aquele que transcorre ao longo da segunda metade do século XIX, período que presenciou o “nascimento” da historiografia cearense, como define José Honório Rodrigues, e que terá com a fundação do Instituto do Ceará, em 1887, a consolidação de uma fase de “amadurecimento” e de contínua e sistemática pesquisa histórica. E diante desse cenário, do “nascimento” ao “amadurecimento”, um considerável caminho se fez percorrer, no qual as fronteiras entre literatura e história, que ainda não se viam claramente estabelecidas, foram sendo definidas, definição esta que teve na instituição histórica erigida em 1887 um papel conformador e autorizador. Toda essa dinâmica compunha a cultura histórica que se vivenciava nesse período, uma cultura dinâmica, em construção e com constantes ressignificações. Sendo assim, o que nos propomos ao longo do presente texto é enveredar por esse caminho decorrido, buscando perceber os atores inseridos e atuantes no contexto dessa cultura histórica, em que as relações do presente com o passado, e o resultante direto disso, qual seja, o próprio gesto de se escrever a história, se fazem continuamente em discussão. E mesmo diante de opiniões e posturas diversas, de caminhos múltiplos, o trajeto percorrido levará sempre ao mesmo lugar, tendo em vista que a escrita (da história) coloca outra coisa que não ela mesma, a saber, a realidade à qual se refere.

Palavras-chave: “Fazer história”. História e método. Prática histórica.

Aspects of the "making history" and its practice in Ceará in the second half of the 19th century.

ABSTRACT

We start from the previous condition that the act resulting in the gesture of “making history” is mediated by its own productional techniques, organized according to the inherent aspects of a specific place and time. Depending on this place, methods are established, delineated interests and proposals are organized. And the time to be alluded here is that which occurs during the second half of the nineteenth century, a period that witnessed the "birth" of the historiography of Ceará, as defined by José Honório Rodrigues, and which will have with the foundation of the Instituto do Ceará in 1887, the consolidation of a phase of "maturing" and of continuous and systematic historical research. And in the face of this juncture, from "birth" to "maturing",

¹ Licenciado e Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor assistente na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus da cidade de São Raimundo Nonato. Doutorando do PPGH da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Correio eletrônico: ari_vitoriano@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2770190271723053>.



a considerable path was taken, in which the boundaries between literature and history, which were not yet clearly established, were defined, something that was made in the historical institution erected in 1887 like a shaping and authorizing condition. All this dynamic constituted the historical culture that was lived in this period, a dynamic culture, under construction and with constant re-significances. Thus, what we propose throughout the present text is to follow this path, seeking to perceive the actors inserted and acting in the context of this historical culture, in which the present and past relations, and the direct result of it, that is, the gesture of writing history, are constantly being discussed. And even in the face of diverse opinions and postures, of multiple paths, the trail traveled will always lead to the same place, since the writing (of history) poses something other than itself, namely the reality to which it refers.

Keywords: “Making history”. History and method. Historical practice.

1 O MÉTODO É O CAMINHO, O CAMINHO COMO MÉTODO

O caminho, e não o lugar, é a condição primordial do ser, ou melhor, do tornar-se (INGOLD, 2015, p. 38).

Considera Michel de Certeau que o “fazer história” refere-se a “uma prática” (CERTEAU, 2013, p. 64). Segundo tal historiador francês esse procedimento de “feitura” é perpassado pela condição inerente à produção historiográfica de se fazer mediatizar por técnicas próprias em seu processo de elaboração. Isso nos remete à condição suscitada de que “se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção” (*Idem*, p. 65).

Estando, portanto, a organização da história relacionada a um lugar e a um tempo determinados, e enfatizando a perspectiva que recai, em específico, sobre o lugar, temos que é em sua função que se “instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (*Idem*, p. 47). Diante disso, podemos rematar que a história enquanto ciência “está intrinsecamente ligada a procedimentos metódicos institucionalizados” (RUSEN, 2015, p. 29). Sendo assim, seria em função de tal institucionalização que os métodos são instaurados e os procedimentos determinados.

Todavia, em concomitância aos aspectos correlatos ao lugar e ao tempo, havemos ainda de nos interessar, de acordo com o que vai disposto na epígrafe que abre esse tópico, pelos traços do “caminho” percorrido em dita empresa, pela consecução desse “fazer história”, no que tange o que caracteriza esse “tornar-se” história a partir da percepção de como tal prática foi delineada e estabelecida, considerando-se o processo de instauração de seus métodos, como também de seus inerentes procedimentos. E tal estabelecimento ocorre no contexto de uma



cultura histórica no qual se sobressai, no que se refere às letras de um modo geral, justamente a escrita da história, considerando-se a observação de José Honório Rodrigues acerca do Ceará de meados do século XIX, de que “a principal vocação literária de côm local é a representada pela historiografia” (RODRIGUES, 1956, p. 177).

A indicação feita acima por Rodrigues acerca da proeminência que incidiria sobre a historiografia no âmbito literário cearense pode ser depreendida ao alocarmos dito destaque ao contexto descrito por Dolor Barreira, que em obra dedicada à história da literatura cearense aponta que “os materiais para uma história das letras do Ceará foram sempre e continuam a ser lastimavelmente exíguos” (BARREIRA, 1987, p. 17). Tal lamentação², porém, não recairia sobre a produção da história, pois, se “a evolução das letras no Ceará se fez, quase sempre, preponderantemente, em torno das associações, academias ou grêmios literários” (BARREIRA, 1987, p. 59), teve a historiografia uma condição de continuidade que outros ramos vocacionais ligados à literatura local não puderam dispor.

Ao chegarmos a esse ponto, aludamos ao fato de que no século XIX ainda não se distinguia, ou simplesmente não havia a necessidade de se diferenciar claramente literatura de história, pois ambas compunham o abrangente domínio das denominadas “letras”. Assim, a título de exemplo, é que temos elencado o nome de Francisco Adolfo de Varnhagen em obra de José Veríssimo dedicada à literatura brasileira, sendo o renomado historiador incluído no capítulo intitulado “os próceres do romantismo”, no qual nomes como Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo também são abordados.

No entanto, sobre o Visconde de Porto Seguro, para que não parem questões sobre a especificidade do lugar por ele ocupado dentre esses próceres românticos, assinala-se que “é pela sua obra de historiador e de erudito que Varnhagen merece, e tem, um distinto lugar na história da nossa literatura” (VERISSIMO, 1998, p. 244).

O aspecto abrangente daquilo que poderia ser compreendido enquanto “literatura”, em cujo âmbito de atuação exerce sua ação o “erudito”, é também observado por Dolor Barreira, que no seu estudo sobre a literatura cearense acima mencionado, faz alusão ao acima referido José Veríssimo, ao observar esse que:

² Sobre essa questão de lamentos, Barreira não está sozinho, visto que na esfera nacional observa-se que “as nossas letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos”. In: ROMERO, Sylvio. **Introdução à História da Litteratura Brasileira**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 3.



Já em 1842, escrevia Pereira da Silva, no seu *Parnaso Brasileiro*: a literatura é o desenvolvimento das forças intelectuais todas de um povo; é o complexo de suas luzes e civilização; é a expressão do grau de ciências que ele possui; é a reunião de tudo quanto exprimem a imaginação e o raciocínio pela linguagem e pelos escritos (SILVA, 1842 apud VERÍSSIMO, 1906 apud BARREIRA, 1987, p. 20).

Partindo-se, portanto, desse pressuposto de que as fronteiras entre literatura e história ainda não se encontravam plenamente estabelecidas, pois tanto uma como outra achavam-se inseridas no contexto que se configurava com o pretendido desenvolvimento das forças intelectuais que era buscado no alentado complexo de uma almejada luminescente civilização, tampouco de modo determinante e restritivo pode ser tida a referência acima ao termo “ciências”, pois tal significação não reduz o espectro amplo do campo da literatura a um recinto que poderia ser ocupado apenas pelas manifestações de aspecto científico, como por exemplo, a história, visto que, de modo ainda por demais abrangente, “a palavra de ordem que invadiu a vida intelectual da metade do século XIX em diante foi ciência” (VARGAS, 1990, p. 26).

Seja como for, e mesmo após a secção que posteriormente ocorrerá entre literatura e história, é inegável a influência daquela vertente das letras na seara da historiografia, pois mesmo seu específico tipo de escrita, ligado a procedimentos metódicos institucionalizados, haverá de ser considerado como “uma atividade que se realiza na tessitura de uma tradição literária” (GAY, 1990, p. 26).

E dita tradição se faz perceptível no próprio estilo em que se escreve a história, pois “é a literatura que, se não estipula, ao menos influencia fortemente os critérios culturalmente dominantes do ‘bem’ narrar” (RUSEN, 2015, p. 191). Além disso, objetive-se que “no essencial, é com os modos de pensar da teoria literária que a historiografia, como forma específica de narrar histórias, é analisada e tornada inteligível” (*Idem*, p. 191-192).

Dessa maneira, na cidade de Fortaleza das últimas décadas do século XIX e diante daquilo que reunia expressões de imaginação e raciocínio através da linguagem e dos escritos, período que presenciou o “aparecimento dos numerosos movimentos intelectuais no Ceará, surgidos à sombra de academias, gabinetes de leitura e sociedades literárias” (TINHORÃO, 2006, p. 21), ressalte-se que todo esse cenário haveria de coexistir, porém, com um aspecto da realidade nacional deveras adverso às letras, aspecto esse exposto pelo seguinte questionamento de Sylvio Romero: “no meio de tudo isso, quem entre nós escreve e quem entre nós lê?” (ROMERO, 1888, p. 116).

Já no tocante à vivência cearense, anote-se a seguinte observação:



Ajunte-se a tudo isso a nossa incurável falta de instrução, ontem como ainda hoje, a dificuldade e retardamento das nossas comunicações com qualquer centro de cultura, nos tempos de maior florescimento espiritual, a ausência de editores e de leitores para o que entre nós se escreve, sendo, assim, o meio social lastimável desestimulante; e isso tudo concorreria, inelutavelmente, a ocasionar penúria na nossa vida intelectual e escassez na nossa produção literária (BARREIRA, 1987, p. 54).

Contudo, mesmo com esse cenário pouco animador acerca da realidade vivenciada em Fortaleza no período aqui focado e diante dessa constatação de que aquilo que se apresentava, ao menos em teoria, era um panorama nada ou insuficientemente adequado ao florescer das letras, o que se constatou, pode-se afirmar que paradoxalmente, foi que:

Todavia, o que se nota no Ceará é precisamente o contrário [do cenário pouco propício descrito na citação acima]: quanto possível – e dada a relatividade das coisas – a nossa vida espiritual tem sido intensa e fecunda e tem sido surpreendentemente fecunda e intensa a nossa atividade nas letras (*Idem*, p. 54).

Sendo assim, talvez essa fecunda intensidade que recaia sobre a atividade das letras no Ceará, intensidade que se via obrigada, contudo, a existir em um meio social com poucas condições e insuficientes possibilidades, redundando disso em diminutas contingências práticas ao perdurável progredir de tal iniciativa, acabou forçando tal cenário a refrear paulatinamente essa mesma intensidade, ofuscando, por fim, a cintilação faiscante que se originaria das tais mencionadas “luzes da civilização”.

E se podemos considerar que “o meio social não é estimulante” (ROMERO, 1888, p. 120), havemos de buscar compreender tanto esse desestímulo como o meio social em que tal falta de incitamento ocorreu, na perspectiva mesma indicada por Michel de Certeau (2013, p. 4), de que “enquanto falam *da* história, estão sempre situados *na* história”, tendo em vista que, se o brilho era quase sempre efêmero, dada a relatividade das coisas vigentes, interessa-nos seguir tanto a “trajetória” de tal brilho, desde sua deflagração, passando por seu ápice, até seu declinar, como também essa “relatividade” intensa e fecunda de todas as coisas encadeadas nesse caminho.

E buscando compreender tal contexto, ponderemos que a fugacidade das associações formadas no Ceará tenha sido um dos fatores que contribuiu de modo determinante para aquilo que aponta Barreira acerca da exiguidade dos estudos sobre a literatura entre nós.

Ainda sobre tal discussão, citemos o Barão de Studart, que ao tratar da fundação, em 1872, da Academia Francesa (*Idem*, p. 4), que segundo ele “reuniu os talentos mais promissores da epocha” (STUDART, 1924, p. 292), dentre os quais figuravam nomes como o de Rocha



Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior e Thomaz Pompeu Filho, vem lastimar-se por haver “de ser ephemero, entretanto, o esforço daquella brilhante pleiade” (*Idem*, p. 293). E o principal motivo de tal efemeridade seriam “as circunstancias peculiares ao meio cearense [que] não permitem o esforço continuado” (*Idem*).

Studart, porém, não se aprofunda na análise sobre quais seriam essas “circunstâncias peculiares” ao meio cearense que não permitiriam o prosseguir desses esforços intelectuais. Destarte, sigamos pelo caminho insinuado, destacando a avaliação do Barão de que “o incremento litterario, a pujança do desenvolvimento do meio cearense, senão o vigoroso engenho de seus filhos” ocorreu longe do berço natal. Exemplifica o autor tal assertiva indicando que “José de Alencar já era uma gloria das letras, enquanto na Provincia raros ainda eram os signaes de vida litteraria” (STUDART, op. cit., p. 292).

Consideremos, então, que os sinais de tal vida literária lá estavam. Todavia, se no mundo narrativo “as coisas não existem, elas ocorrem” (INGOLD, 2015, p. 236), talvez resida aí a questão, pois é mais difícil captar sinais daquilo que foi efêmero, do que observar os indícios deixados por algo que teve sua existência plasmada de maneira consistente.

Diante disso, e em conformidade ao já indicado anteriormente, essa característica de exiguidade não se aplicaria indistinta e amplamente a todas as vertentes das letras no Ceará, pois excetuar-se-ia a esse panorama a história e sua prática narrativa, como podemos perceber no seguinte relato, que alude que “um bom destino tem acompanhado essa sociedade, pois, única entre todas as associações litterarias e scientificas do Ceará, conseguiu vencer trinta e seis annos de atividade útil” (STUDART, op. cit., p. 294).

Tal sociedade perene, que contava com mais de trinta anos ininterruptos de atuação na década de 1920 (atuação contínua que se prolonga até os dias atuais), trata-se do Instituto do Ceará, cuja fundação ocorre em 1887 e sobre o qual nos deteremos mais adiante.

E retomando os termos de José Honório Rodrigues acerca da significação da historiografia no âmbito literário local de meados do século XIX, assinalamos que a “década de 1850 a 1860 marca o encontro do Ceará com a sua própria história”, ocorrendo justamente nesse período “o nascimento da historiografia cearense” (RODRIGUES, 1956, p. 177).

Assim, são destacados nomes como o do senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e de Tristão de Alencar Araripe, este cognominado como o “primeiro historiador cearense”³,

³ “História da Provincia do Ceará”, de autoria de Tristão de Alencar Araripe e editada originalmente em 1867, é a obra inaugural da historiografia cearense, sendo a “primeira reconstituição sistemática da história do Ceará”. Ver:



ressaltado como “o fundador da historiografia cearense, focalizada esta em termos verdadeiramente científicos” (MONTENEGRO, 1998, p. 39).

Além do senador Pompeu e Alencar Araripe, dois outros nomes são mencionados nesse primeiro momento como pertencentes à geração primordial de historiadores cearenses⁴: João Brígido e Pedro Théberge, cabendo aos quatro a dignificação de precursores da escrita da história no Ceará⁵.

Contudo, é com a fundação do Instituto do Ceará, dessa mencionada associação literária e científica que conseguiu atingir seguidos anos de atividade útil, desse lugar específico voltado ao estudo da história e da geografia, que se confere a “maioridade aos estudos históricos” (*Idem*, p. 188) por essas terras. De acordo mais uma vez com Rodrigues, “a historiografia cearense inicia então a sua fase de amadurecimento, de contínua e sistemática pesquisa local” (*Ibidem*).

Com o Instituto, portanto, teríamos conformada a mencionada institucionalização anteriormente mencionada, com seus métodos instaurados e seus respectivos procedimentos determinados, ou como se queira, enquanto uma operação focalizada em termos verdadeiramente científicos. Em conformidade a isso, dita agremiação “se torna o lugar privilegiado da produção historiográfica entre nós” (MONTENEGRO, 2003, p. 36).

Diante disso, prossigamos pelo caminho que nos direciona ao lugar, visto que este indicado já está, para perceber aspectos do engendramento relativo a esse “tornar-se” história. Mas tal caminho não caracteriza-se por ser unívoco nem tampouco sua trajetória é percorrida sem algum sobressalto, tendo em vista que nomes de relevo na conformação dessa historiografia que se estabelecia, tal qual o citado João Brígido, como também o membro fundador do Instituto do Ceará, João Baptista Perdigão de Oliveira, nos indicam que o mencionado encontro do Ceará com sua história foi sendo constituído de forma gradual.

Dessa maneira, temos Perdigão de Oliveira (1887, p. 3) reverberando a opinião que fôra emitida por João Brígido, ao salientar aquele, em conformidade com este, que o que se escrevia era “tudo disperso, sem methodo, nem systema”.

MONTENEGRO, João Alfredo. **A Historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 39.

⁴ José Honório Rodrigues (op. cit., p. 186) observa que “a esta primeira geração de historiadores vai suceder outra, cêrca de vinte anos depois”. E tal segunda geração será representada pelos historiadores albergados do Instituto do Ceará.

⁵ Cf. *Ibid.*, p. 179-186.



E de tanto nos remetermos ao caminho, recordemos que foi através dele que percorremos a trajetória que nos conduziu às portas do Instituto, lugar esse que conferiu à escrita da história cearense sua condição de “maioridade”. Mas o que ressaltamos desse caminho é sua condição de nos produzir outras impressões, do alcance do “mundo das letras”, que incluía a própria história, até o campo árido onde Clio lançou suas sementes, que, contra muitos prognósticos e evidências, deu azo tal terreno ao florescer de uma frondosa árvore, cuja fronde era o Instituto. E nele chegando, evoquemos a condição, dita no primeiro parágrafo desse texto, de que a produção historiográfica se faz mediatizar por técnicas próprias.

Dessa maneira, isso tudo nos conduz ao método, o agente “mediatizador” desse processo, aquele que condiciona a história aos procedimentos institucionalizados que ela requer. Diante disso, constatamos que ambos, caminho e método, se comprazem e perfazem o mesmo impulso, afinal, o método é o caminho, e o que trilhamos foi o caminho como método:

Método significa, literalmente, “caminho”. Trata-se do caminho de uma pergunta a uma resposta. É o caminho da pesquisa, que obtém saber histórico mediante procedimentos regrados. São essas regras procedimentais que conferem a esse saber a pretensão específica da validade quanto à controlabilidade racional e à plausibilidade intersubjetiva (OLIVEIRA, 2001, p. 89).

Portanto, se a “maioridade” dos estudos históricos no Ceará, conforme destaca José Honório Rodrigues, vai ser outorgada pelo Instituto do Ceará, então é sobre tal instituição que agora recairá nossa atenção, pois foi com esse lugar de produção que se passou a adotar, como visto até aqui no presente texto, procedimentos regrados na feitura da escrita da história em terras cearenses, em uma perspectiva que “exigiu uma regulamentação dos atributos e funcionalidades do conhecimento histórico” (*Idem*, p. 89) no que concerne à prática relativa ao fazer história.

2 O LUGAR AUTORIZADOR E SUA FUNÇÃO

Este “remetimento” designa o lugar autorizador, o referente de uma força organizada, no interior e em função da qual a análise tem lugar (CERTEAU, 2013, p. XXIII).

Em março de 1887 um grupo de intelectuais cearenses, ou se preferirmos outra dignificação, “um pugilo de homens de letras e de ciência” (AZEVEDO, 1993, p. 5), reuniu-se em um dos salões da Biblioteca Pública da cidade de Fortaleza imbuído de um determinado propósito. Tais sujeitos, conforme disposto na ata que ali se lavrou, “resolveram fundar uma



sociedade sob o título – *Instituto do Ceará* – com o fim de fazer conhecida a historia e a geographia da Província e de concorrer para a propagação das letras e sciencias da Província” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887, p. 6).

Dentre tais intelectuais, apresentados reiteradas vezes sob a denominação nobilitante de “homens de letras” (STUDART, 1896, p. 353), podem ser destacados os nomes do desembargador Paulino Nogueira (que viria a ser o primeiro presidente da instituição), Guilherme Studart (agraciado posteriormente com a insígnia de Barão), Antônio Bezerra de Menezes, Joakim Catunda, Juvenal Galeno e Perdigão de Oliveira, perfazendo um total de doze membros⁶, conforme “as exigências de um preceito regulamentar” (SOUZA, 1937, p. 11) que de princípio determinou tal número. Diante disso, pode-se reputar que:

Eram, pois, êsses vultos que passariam a ser os primeiros e esforçados obreiros do progresso das lêtras cearenses, destinados como estavam, por êsse meio, a tirar da ignorância, que até então perdurava, a história natal. Eram êles que, fincando o marco inicial da existência dêsse utilíssimo grêmio, viriam, em futuro não remoto, contribuir, nêsse particular, para o engrandecimento do bêrço nativo (*Idem*, p. 37).

Sob tais termos, percebe-se que esses “homens de letras” se esforçaram na obra subsumida ao progresso intelectual que almejava tirar a história cearense do estágio de ignorância no qual indicava-se que ela, até aquele momento, se encontraria. Sendo, pois, tais homens os primeiros no âmbito local das letras⁷ a trilhar o caminho que engrandeceria o berço nativo a partir da supressão da ignorância que se afirmava prevalecer, podemos depreender questões essenciais que recaiam sobre a história e as expectativas criadas acerca de sua “missão” e sobre, parafraseando Certeau, como se portavam “os historiadores na sociedade” (CERTEAU, op. cit., p. 59).

Ao se atribuir à história (enquanto ciência) a condição de sanar o problema sobre a falta de conhecimento da história local e esperar dessa ciência a resolução de tal desfavorável circunstância, percebe-se que ao se pretender o progresso através das letras denotava-se a condição inerente de que “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o

⁶ Além dos seis integrantes já indicados, perfizeram o cômputo dos doze membros fundadores os seguintes nomes: Padre João Augusto da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos, Júlio César da Fonseca, José Sombra, Virgílio Brígido e Virgílio Augusto de Moraes.

⁷ Ressalte-se que dez anos antes da fundação do Instituto do Ceará, em 1877, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Cearense, sendo que, conforme assinala o Barão de Studart, “essa associação não foi adeante, morrendo logo ao nascer”. In: STUDART, 1896, p. 234. Assim sendo, por essa condição “natimorta” do Instituto de 1877, pode-se considerar que seu congênere de 1887, o Instituto do Ceará, abrigou os primeiros e esforçados obreiros nessa labuta histórica. Sobre essa instituição de 1877, Cf. NOBRE, Geraldo. O Instituto de 1877: achegas históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXI, 1997.



tipo de discurso” (*Idem*, p. 59). E a época que testemunhou o surgimento do Instituto coincide com um período em que, “no plano cultural, uma série de acontecimentos vinham indicar o advento de um novo panorama social” (TINHORÃO, 2006, p. 64).

Dessa forma, dito panorama seria assim resumido:

Desde 1887, quando se fundou o Clube Literário, até 1894 (ano da última notícia que dá conta da sua sobrevivência), foram criados em Fortaleza o Instituto do Ceará (4 de março de 87), a Escola Militar (1º de maio de 89), a Padaria Espiritual (30 de maio de 92), a Academia Cearense de Letras (15 de agosto de 94) e o Centro Literário (27 de setembro de 94) (*Idem*, p. 64).

Instigados pelo advento dessas agremiações, como de tantas outras que surgiram antes e depois daquele período, os segmentos letrados da sociedade fortalezense nesses últimos decênios do século XIX vivenciaram aquela série de acontecimentos enquanto uma perspectiva auspiciosa que se apresentava a partir do âmbito intelectual e de suas correlacionadas instituições. Dessa forma, podemos perceber que o solo donde brotou o Instituto do Ceará se mostrava propício a tal desenvolvimento, com o qual (e pelo qual) se fizeram acompanhar os anseios e iniciativas que recaiam sobre a maneira como se encarava e escrevia a história local. Ou seja, possibilitou-se a essa diferente condição social alterar tanto o modo de se abordar e trabalhar a história, como consequentemente o tipo de discurso que dela provém.

E se podemos ponderar que “todo conhecimento histórico depende do ponto de vista de seus sujeitos no contexto discursivo da cultura histórica de seu tempo” (RÜSEN, 2015, p. 75), indiquemos que “não se pode compreender o tipo de pensamento histórico que é especificamente científico sem considerar a sua inserção no contexto da cultura histórica de seu tempo” (*Idem*, p. 74). Acerca dessa situação, nos dá uma explanação um integrante do Instituto, que à época do depoimento citado logo adiante, ocupava sua presidência. Assevera-nos, assim, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil⁸ seu intento de sempre buscar “referir os acontecimentos a seu tempo, collocal-os no ambiente proprio” (BRASIL, 124, p. 581).

Ainda referindo-nos a Thomaz Pompeu, o filho, e tendo em mente a perspectiva sobre o ponto de vista dos sujeitos, que no contexto da cultura histórica de seu tempo imprimem ao

⁸ Convém esclarecer a condição homonímica que recaia sobre o nome de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, pois aquele apresentado por José Honório Rodrigues como um dos precursores da historiografia cearense trata-se do Senador do Império, nascido em 1818 e falecido em 1877. Já este que se menciona aqui, e que presidiu o Instituto do Ceará entre 1908 e 1929, era filho daquele, tendo nascido em 1852, sendo seu passamento em 1929. Este, em algumas publicações, vem identificado como “Thomaz Pompeu Filho”, tal qual disposto na citação de Studart, incluída no presente texto, acerca dos fundadores da Academia Francesa, ocorrida em 1872.



aspecto discursivo do conhecimento histórico suas marcas específicas, como, também, a própria inserção do pensamento histórico essencialmente científico no contexto que o valida, trazemos o seguinte relato, a fim de abordar esses mencionados pontos:

Presidente dêsse sodalício por espaço de vinte e um anos, não se cansava de solicitar a atenção de seus pares para o que importava antes de tudo ao progresso e a grandeza da terra comum. “Nossa missão, dizia êle, não se circunscreverá ao olhar estéril e saudoso do passado, às lamentações mais ou menos patéticas ou unguidas de devoção cristã pelos que se foram; mas em galgar as fontes do saber, em derrocar a rocha da rotina por onde há de correr a linfa clara da investigação, da análise, até atingirmos às culminâncias da riqueza e da civilização (SOUZA, 1952, p. 320).

O discurso que preconizava o intento de atingir as “culminâncias da riqueza e da civilização”, atuando na busca por incrementar o “progresso e a grandeza da terra”, além do desígnio de “alargar as fontes do saber”, coaduna-se bem ao contexto daquela cultura histórica, como já abordado no tópico anterior, vivenciada durante as décadas derradeiras do século XIX. Seria, portanto, no Instituto do Ceará, o mencionado sodalício presidido por Pompeu Filho, que o passado não seria mais considerado através e a partir de uma perspectiva estéril, pois “as próprias condições econômicas e geográficas em que nasceu e cresceu a historiografia cearense impediram-na de esterilizar-se na mera compilação dos seus fatos superficiais” (RODRIGUES, 1956, p. 188).

E mesmo com essas ditas condições econômicas e sociais nas quais a historiografia cearense nasceu e se desenvolveu, percorrendo a trajetória que a levou a atingir sua decantada maioria, fato destacável diante dessa situação é que em tal “lugar historiográfico”, no contexto designativo que noz conduz ao Instituto do Ceará enquanto esse lugar autorizador das práticas referentes ao fazer história, se sobressai justamente essa referida sociedade histórica, que dentre outros tantos fatores, marcou-se por sua consistente existência, por estabelecer-se como esse lugar que “prosseguiu na sua faina iluminadora das consciências” (AZEVEDO, 1993, p. 6).

Assim, ao retomarmos à condição de destaque dada ao Instituto no que concerne sua perenidade, condição essa talvez obtida por não haver dito grêmio se dedicado apenas a produzir meras compilações superficiais dos fatos, podemos verificar na observação suscitada pelo Barão de Studart acerca do meio conformado por aquela cultura histórica, que o período aqui assinalado se depara com o surgimento de marcantes associações culturais, mas que em virtude de uma peculiaridade que seria inerente ao Ceará, verifica-se que toda essa pujança não tardaria em refluir. Dessa forma, observa o Barão que:



Como se vê, foi um período aureo para as letras. Obedecendo, porém, ao ritmo da vida cearense, o movimento começou a decrescer, desapareceram a Padaria e o Centro, A Academia principiou a reunir-se com intermitência, e daí por diante raras foram as manifestações literárias (STUDART, 1924, p. 295).

E no que concerne à cultura histórica do período correlato à fundação do Instituto, no que tange ao “contexto social em que se faz história” (RÜSEN, 2015, p. 218), enfatizamos a especificidade de que referida história era feita “em uma terra onde bem pouco numerosos são os que lêem e onde tão pouca importância se liga aos homens de ciência” (BRITO, 1896, p. 138). Como se pode perceber, na Fortaleza dos derradeiros anos do século XIX, enquanto no plano cultural era possível vislumbrar esse decantado ambiente favorável que indicava o surgimento de um novo panorama social, havia de se conviver nessa mesma cidade com a realidade de que dito panorama ainda se via restrito ao estrito âmbito intelectual que então era fomentado na cidade.

Talvez a questão suscitada acima sobre a pouca importância dispensada pela população cidadina aos homens de ciências, denominação essa que pode ser ampliada para abarcar o sentido também dispensando àqueles ditos como “homens de letras”, possa explicar a necessidade de recorrentemente se mencionar a “missão” que caberia ao Instituto, que seria a de tornar conhecidas a história e geografia da então Província, iniciativa que acabaria “concorrendo, de tal modo, para a propagação de suas letras e ciências” (SOUSA, 1937, p. 11).

Assim, temos que ao se difundir o conhecimento sobre a história e a geografia, de modo correlato, se estaria a propagar as letras e ciências, visto imbuir-se e participar o conhecimento daquelas ciências, de modo coesivo, na “erecção d’esse grande monumento social – a literatura de um povo” (CARVALHO, 1899, p. 170).

Portanto, para se enfatizar isso que estamos a tratar sobre os aspectos relacionados ao contexto discursivo da cultura histórica daquele tempo, citemos mais uma vez a figura do Barão de Studart, dignificado dessa maneira por Capistrano de Abreu: “dos socios do Instituto nem um se avanta ao Dr. Studart em dedicação á historia do torrão natal” (ABREU, 1899, p. 23). Mas a proeminência do Barão ia além do círculo específico do Instituto do Ceará e de seus sócios, pois de “todos os superiores homens de letras do Ceará, o Dr. Guilherme Studart avanta-se pela tenacidade com que collabora em todas as manifestações da intelligencia nesta terra” (CARVALHO, op. cit., p. 172).



Diante disso, e levando-se em conta o observado anteriormente no presente texto por Rüsen, de que o pensamento histórico científico não pode ser entendido enquanto alheio ao contexto de sua contemporânea cultura histórica, ressaltemos a condição que coloca em destaque esse mesmo “avantajado” (termo utilizado acima tanto por Capistrano como por Carvalho) “homem de letras do Ceará”, que em tal sentido vai ser compreendido em sua denotação mais ampla, mas que, afinal, ou melhor expressando-nos, mas que em primeiro lugar, era um homem dedicado à história. Pois, sobre Studart, homem de letras e ciência, pode-se afirmar que “é um historiador, eis o maior elogio que se lhe pode fazer” (*Idem*, p. 173).

Dessa forma, possibilita-se que se depreenda que:

A cultura histórica também pode ser definida como quinta-essência das histórias, nas quais e pelas quais se efetua a vida de uma sociedade. Ela é determinada pelos produtores, receptores e mediadores da formação histórica de sentido, pelos modos de sua representação e pelos meios e pelas instituições de sua mediação (RÜSEN, 2014, p. 101-102).

Assim sendo, e no que concerne a tal citada mediação, mediação esta levada a termo em referido contexto, previamente mencionado, podemos considerar que “pode-se conceber o papel da ciência da história, na vida cultural de seu tempo, como uma forma do humanismo institucionalizado” (RÜSEN, 2015, p. 243).

Dito humanismo, tal forma de agir relativa à humanidade, e por conseguinte à própria história, no sentido aqui defendido por Rüsen, verte-se na acepção de que “a cultura histórica está sempre movida pelas lutas pelo poder” (RÜSEN, 2015, p. 244), mesmo que esse poder seja pretendido e praticado no âmbito das letras e ciências, na devida consideração que torna possível se afirmar que “o Instituto há fornecido à cultura cearense o mais útil e luminoso contributo” (AZEVEDO, 1993, p. 29). E se o poder “forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 45), como enfatiza Michel Foucault, podemos bem ter uma devida noção acerca do que aqui está sendo tratado e daquilo que estaria indicando o advento desse novo panorama social.

Feitas essas ponderações e retornando àquilo que fora mencionado em outras partes do texto, temos asseverada uma perspectiva que denota ao Instituto do Ceará a iniciativa decisiva que alçara os estudos históricos em nosso meio a um novo patamar, à sua decantada “maioridade”. E se cabe à história “a articulação entre o ato que propõe e a sociedade que reflete” (CERTEAU, 2013, p. 38), o que vemos refletida nessa pretensão interposta à ciência histórica é algo alusivo e extensivo a um anseio que recaia sobre a conformação da cambiante



sociedade de Fortaleza em fins do século XIX, pois o panorama de então nos remete a uma realidade que prescreve que:

Da mesma forma em que cresceu a população, aceleraram-se as atividades comerciais e o processo de urbanização em Fortaleza. Acompanhando esse processo, os sujeitos que faziam uso dos instrumentos letrados intensificaram suas atividades intelectuais, identificadas com o desenvolvimento da cidade (CARDOSO, 2000, p. 50).

Se havia, portanto, uma “ideia de progresso que pairava sobre a cidade e os cidadãos” (*Idem*, p. 50), a tal perspectiva podemos depreender a citada articulação entre a história e aquela sociedade que serviu de palco ao surgimento do Instituto do Ceará. Assim sendo, a mencionada “maioridade” condicionava-se bem àquela realidade que via suas atividades intelectuais em pleno desenvolvimento. Estando, pois, até então a história local envolta nessa reiterada ignorância, teríamos com o estabelecimento de um sodalício voltado aos estudos históricos o esforço crucial para sua devida propagação.

De tal forma, os fundadores do Instituto, “participantes de uma burguesia local emergente, colocaram-se a tarefa da construção de uma tradição no tempo e no espaço que legitimasse o lugar social de onde falavam” (OLIVEIRA, 2000, p. 281). E esse lugar social ganhava corporeidade justamente com a fundação desse espaço legitimador, dessa sociedade que se colocava como função a ação de debruçar-se sobre a história e a geografia locais. Lembrando-nos daquilo exposto anteriormente por Certeau, teríamos, assim, a instauração de um lugar no qual se estabeleceriam métodos e procedimentos e onde seria delineada toda uma topografia de interesses, deslindando-se daí a condição de que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência” (CERTEAU, 2013, p. 48). E dito sistema, por sua vez, depende de um lugar autorizador.

E toda essa topografia de interesses e de referências é delineada nos estatutos dessa nascente instituição, que, retomando quase em sua integralidade aquilo que fora disposto em sua ata de fundação, assevera no primeiro parágrafo do artigo primeiro que “o Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a historia e a geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887, p. 9). Tal referencial, ligando o tornar conhecidas a história e a geografia ao desenvolvimento das letras e ciências, como vimos, torna-se um indicativo recorrente em se tratando das análises feitas acerca do Instituto, como também da cultura histórica instaurada naquela época.



Observe-se, contudo, que apesar da ênfase dada à geografia, que tanto na ata de fundação como nos estatutos da nascente associação tinha seu nome grafado em destaque junto à história, o Instituto do Ceará, dito histórico, geográfico e antropológico, tinha na história seu principal foco de atuação. Tal predileção se enfatiza através do ofício datado de 21 de abril de 1887 direcionado ao então Presidente da Província.

Esse documento traz como assunto a solicitação do corpo diretivo do Instituto que, alegando não possuir ainda a nova sociedade um local próprio para funcionar regularmente, demanda junto ao governo provincial a cessão do lado oriental da Biblioteca Pública, que, estando sem uso, serviria de local para seu funcionamento. Com o assentimento oficial que posteriormente se dará, em tal local vai se instalar aquela “plêiade”. Assim, eis o teor do mencionado ofício:

O Instituto do Ceará, fundado modestamente nesta capital em 4 de março deste anno com o decidido intuito de estudar principalmente a historia da Província, não tem podido até agora obter um predio em que possa funcconar regularmente, em consequencia das suas condições financeiras, que ainda são precárias (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887, p. 73).

Dedicado, conforme enfatizado, a estudar principalmente à história da Província, visando torná-la conhecida, o Instituto do Ceará, que se inseria “no rol das entidades similares no país, entregues a investigações seguindo o perfil do I.H.G.B” (MONTENEGRO, 2003, p. 36), configurava-se “como o espaço privilegiado da construção da história cearense” (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

Assim, a entidade nacional, que desempenhou papel fundamental na constituição dos estudos históricos no Brasil, “tanto no que diz respeito à produção de um conhecimento construído de acordo com regras consideradas científicas, quanto do ponto de vista de um projeto pedagógico destinado a fazer conhecer o passado comum da nação e despertar o patriotismo em seus cidadãos” (FERREIRA, 2013, p. 9), influenciava diretamente a atitude do seu congênere cearense na medida em que essa associação inseria-se na “tentativa de construção de uma história local, bem como a busca pela fundação de uma memória da população e de um nacionalismo que deveriam ligar os cidadãos à terra” (*Idem*, p. 9).

Portanto, partindo-se da condição de que “coube ao Instituto Histórico Brasileiro e aos Institutos Históricos estaduais e aos seus membros iniciar a pesquisa histórica e lançar os fundamentos de um sistema de investigação” (RODRIGUES, 1978, p. 41), o que nos concerne,



direcionando-nos ao arremate do presente texto, é vislumbrar alguns aspectos desses ditos fundamentos, dessas técnicas de produção que compunham aludido sistema de investigação.

Todavia, o que vamos especificamente ressaltar doravante é a condição das coisas, que por não necessariamente existirem, mas ocorrerem, aconteciam numa realidade que fazia com que um membro fundador do Instituto, logo na edição inaugural de sua revista, afirmasse que essa terra, “que conta um passado de quasi trezentos annos e tem não pequeno numero de filhos dilectos e de grande saber, não tem ainda sua historia escripta!” (OLIVEIRA, 1877, p. 103).

Poder-se-ia, assim, conjecturar que a observação acima suscitada por Perdigão de Oliveira, que coloca em destaque esse passado que possuiria o Ceará, sem ainda, contudo, apresentar essa terra uma história escrita, seria uma questão a ser sanada com a fundação dessa instituição, desse lugar privilegiado dedicado à história. Porém, outro depoimento contundente é o do já mencionado Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o filho do senador Pompeu, que de forma enfática assevera que “a historia, tal como tem sido escripta, não passa de biographias em torno das quaes se aggrupam acontecimentos políticos ou administrativos de pouca relevancia para o estudo da evolução dos povos” (BRASIL, 1889, p. 11). A questão está posta, assim, tanto entre o que se deve escrever, como, ainda, em relação ao modo de como se deve escrever.

Enfim, o aspecto importante aqui, diante dessas duas observações, não é ressaltar sobremaneira o “lugar” em si, esse lugar autorizador e produtor, por mais que se reconheça a condição “de autoridade” proveniente dessa posição, observando-se que esses comentários suscitados são dali procedentes, posto que tanto Pompeu como Perdigão de Oliveira, enquanto integrantes desse espaço, do Instituto do Ceará, e divulgando suas ideias por meio de sua revista especializada, certamente tinham uma exata noção de sua localização.

Diante disso, sugerimos lançar nosso olhar, também, aos “produtos” ali fabricados, no exato sentido do seguinte questionamento apontado por Certeau: “quando a história se torna, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar?” (CERTEAU, 2013, p. 46).

3 SOBRE O QUE SE QUER E NÃO SE QUER SABER

É difícil, contudo, negar que só se pode saber algo, quando se sabe o que se quer saber (RÜSEN, 2015, p. 77).



Sendo possível, pois, se saber algo apenas quando se sabe o que se almeja saber, e diante de tudo aquilo que se tem exposto no presente texto acerca da disseminada noção de “maioridade” inerente aos estudos históricos que teria sido alcançada a partir do Instituto do Ceará, comecemos esse derradeiro tópico enfatizando o posicionamento de uma figura que destaca que sabia bem o que não queria, ou dito de outra forma, que sabia não almejar saber aquilo que se praticava enquanto saber histórico. Trata-se dita figura do já mencionado Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o filho, que no discurso proferido quando de sua posse como integrante pleno do Instituto, faz a seguinte observação:

Não sou apologista do que entre nós se entende por *historia*, e nem compreendo que para o apresto ordinario da vida, para a lucta que incessantemente o homem trava para subsistir, seja-lhe necessario vergar a memoria ao pezo de factos mal delineados pelo affastamento em que estão do presente, e de medíocre importancia para seu proceder ordinário (BRASIL, 1889, p. 111).

Constando do discurso de um novo sócio efetivo que naquele momento ascendia a uma instituição dedicada principalmente ao estudo da história, podem ser ressaltados trechos onde ressaltam-se questões como a opinião daquele neófito de que “os estudos históricos valem menos para hygiene intellectual e bem dos povos do que a demographia” (*Idem*, p. 112) ou então seu juízo constatando que “não é o passado longinquo que iremos pedir licções; é na observação e nas experiencias dos nossos contemporâneos que precisamos aprender” (*Ibidem*, p. 112).

Portanto, a assunção desse novo membro do Instituto demonstra, conforme a recepção feita pelo seu orador, saber ele exatamente aquilo que cabia a esse lugar no que concerne ao “fazer história” e suas práticas. Dessa maneira, sucintamente responde-lhe o orador: “á parte divergencias de criterio na apreciação das cousas, o ‘Instituto do Ceará’ acaba de ter uma victoria” (*Ibidem*, p. 117).

Essa diferença de critério sobre a avaliação das coisas poderia ser considerada como uma divergência de método, pois enquanto Thomaz Pompeu prefere não buscar no passado as lições que poderiam servir de parâmetro ao presente, sendo para ele a demografia uma ciência mais relevante, “cujas revelações são verdadeiros ensinamentos para os Estados e para o individuo” (*Ibidem*, p. 112), temos que “para se entender, porém, um evento passado enquanto algo propriamente ‘histórico’ é necessário recuperar no presente o distanciamento temporal do passado” (RÜSEN, 2015, p. 45).



E acerca da importância do passado, desse distanciamento que, do presente, deve-se ater e ter para com ele, no desiderato de tê-lo enquanto realidade que se considere histórica, mencionemos outro integrante do Instituto, o também já aludido João Baptista Perdigão de Oliveira, esse um membro fundador, que observa o seguinte ponto:

Entretanto é certo que um povo, que não sabe sua vida íntima, que desconhece a história de seu passado, e não sabe dizer d'onde provem, que não pôde contar suas glórias, nem a amargura de sua tristeza, que tem conjuntamente no pó dos arquivos a virtude e os vícios sem poder apresentar aquella á admiração e este á animadversão de todos, esse povo não pôde pretender os fóros de civilizado (OLIVEIRA, 1887, p. 104).

A perspectiva suscitada acima, acerca do povo que pretende alcançar os foros de civilizado, coaduna-se com o que já fôra citado no presente sobre o programa pedagógico de caráter histórico, difundido a partir do IHGB e assimilado pelos congêneres locais, que visava tornar o passado conhecido, com a intenção de homenageá-lo.

Sendo assim, vemos que para Thomaz Pompeu, na relação existente entre passado e presente, este torna-se mais importante que aquele, pois não seria para lá que deveríamos nos remeter no afã de lições pedir. Por sua vez, Perdigão de Oliveira, que reconhecia que a “História do Ceará acha-se ainda em estado de elaboração” (OLIVEIRA, 1889, p. 25), coloca o passado como imprescindível para o desenvolvimento de um povo.

Cabe ressaltar que Perdigão de Oliveira vai ser caracterizado por Studart como “um estudioso da história pátria, um escavador do passado, um pesquisador das cousas d'antanho” (STUDART, 1929, p. 6). Já Thomaz Pompeu, definindo-se no sentido de que “procurei tirar de meus estudos o que julguei útil e proveitoso á terra natal” (BRASIL, 1929, p. 53), não alocava a história, como vimos, dentre as vertentes do conhecimento mais capacitadas a apresentar algo proveitoso ou útil.

Teríamos aqui, portanto, uma clara divergência entre dois intelectuais com atuação direta no Instituto do Ceará, dentre outras agremiações da época, no que concerne suas visões sobre a história? Ou, indo além dessa primeira percepção, não seriam aventadas, justamente por tal diferença, concepções que, ao final, complementar-se-iam no bojo daquela ciência que ainda se via em estado de elaboração, vivenciando as fases de tal amadurecimento?

Tais questionamentos nos levam à perspectiva sobre o passado e a ação, que do presente objetiva perceber um acontecimento enquanto tipicamente histórico através do afastamento temporal que se faz desse tempo pretérito, na exata consideração que “o passado já passou, e a



história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra” (JENKINS, 2013, p. 25). Assim, temos com Thomaz Pompeu seu critério específico de apreciação das coisas. Para ele, “a natureza, que amorteceu a impressão e transmuda as sociedades, parece ter creado entre o homem actual e as eras mortas uma barreira invensível, forçando-o a pensar e a curar mais do presente e do futuro que de épocas distantes, perdidas no passado” (BRASIL, 1889, p. 112).

Contudo, destaquemos que não basta ter ocorrido, ou seja, não é suficiente apenas “ser passado” para que determinado evento se torne histórico, pois se “a historia é o passado mais ou menos longinquo, é a sensação que se transformou, a lembrança que se vai apagando da memoria” (*Idem*, p. 112), sendo tal apagamento provocado justamente pelo passar do tempo que muda as sensações presentes e obscurece aquilo que a memória mantinha resguardada como lembrança, há sempre de se constatar e considerar que “o passado passou. Ele já passou, e os historiadores só conseguem trazê-lo de volta mediado por veículos muito diferentes” (JENKINS, 2013, p. 25).

Essa diferença de critério na análise do saber histórico que vai ser apresentada por Thomaz Pompeu é assim resumida por um contemporâneo seu: “idéa original do illustre escritor é a que é por ele sustentada em relação á historia” (*Idem*, p. 25). Ideia original, ressaltando divergências de critério, que pode ser melhor compreendida ao contextualizarmos a visão de mundo que carregava aquele homem de letras.

Dessa maneira, temos que:

Como se vê, o que prevalece sempre é o lado pratico, o espirito positivo. Ao que deduz das proprias palavras do Dr. Thomaz Pompeu, que devemos ter sempre em consideração na religião, na sciencia, na philosophia, na historia, em tudo, é antes de qualquer outra cousa, o interesse real na sociedade, as necessidades praticas da vida. [...] Como quer que seja, porém, não é da origem das cousas, nem tão pouco da simples investigação do passado nos limites da historia propriamente dita, que devem occupar-se os espiritos práticos (*Ibidem*, p. 25).

No que tange o espírito positivista mencionado acima, o próprio Thomaz Pompeu assinala que “fôramos, talvez, os pioneiros das doutrinas positivistas e da philosophia evolucionista no norte do Brazil” (BRASIL, 1929, p. 51). Deixando de lado os aspectos relativos a tal pioneirismo⁹, pois aqui nosso propósito é outro, ressaltemos a observação que

⁹ Sobre esse mencionado engajamento com o positivismo, Cf. LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 109-124. No capítulo II da terceira parte, intitulado “o



caracteriza Pompeu como um “espírito prático”, derivando-se daí sua recorrente predileção e inclinação pelos interesses “reais” da sociedade, interesses estes que podemos considerar como aqueles mais prementes e visíveis no presente mesmo em que se vivenciava aquela realidade. Assim sendo, compreende-se que para esse intelectual a história, que por condição intrínseca a si tem o passado como força motriz, merecia dele consideração menor àquela dignificada à demografia ou à geografia. E isso no âmbito de uma associação que dispunha a história na dileta condição de filha preferida.

Mas antes de ser conotado como alguém que refutava intransigentemente a história, consideremos que diante daquela perspectiva própria ligada ao “fazer história”, naquela conjuntura percebida no contexto de um ente ainda em formação, lógica aqui aplicada tanto ao Instituto do Ceará como à labuta historiográfica em solo cearense, Thomaz Pompeu agia direcionando sua atenção e força àquilo que ele julgava ser de maior utilidade para aquela sociedade.

E conjecturemos que, mesmo relutando em dar o devido crédito, mesmo pensando saber o que não queria saber e fazer no que concerne ao saber histórico que se estabelecia, ao abordar uma obra de autoria de Pompeu, Studart assinala que em tal trabalho ele “historiou as epidemias, seus surtos e devastações” (STUDART, 1929, p. 29). Talvez pelo linguajar próprio ao Barão, denodado historiador, tenha-se aplicado por ele o verbo “historiar”. Mas é Studart que novamente vem indicar a seguinte prática adotada pelo relutante (ou se preferirmos, original) intelectual:

Em 1888 pesquisando os documentos estatísticos da Província, entre os quaes os assentos eclesiásticos de baptisados, casamentos e obitos, compoz uma extensa monographia sobre a “População do Ceará”, trabalho que lhe deu entrada no Instituto do Ceará (*Idem*, p. 28).

Toda essa deambulação sobre a postura de Thomaz Pompeu frente ao saber histórico (ou seria mais pertinente referir-nos a um saber historiográfico?) nos enseja considerar que “a especificidade da história e o caráter científico do pensamento sobre ela, estão longe de ser claros” (RÜSEN, 2015, p. 32). E pelo que vem sendo demonstrado nas linhas que aqui seguem seu curso, acreditamos que, sobretudo nesse período de conformação desse ansiado saber, dita clareza, no sentido de univocidade, seria uma característica ainda longe de ser alcançada.

positivismo no Ceará”, temos em destaque a já mencionada Academia Francesa, da qual ativamente Thomaz Pompeu tomou parte.



E se, afinal, “as coisas não são classificadas como fatos, ou tabulados como dados, mas narradas como histórias” (INGOLD, 2015, p. 227), é sobre tal prática, essa que é referida pelo “fazer história”, que devemos de prestar atenção, pois não basta a mera classificação das coisas para que eles se atinem ao labor historiográfico, como não é o suficiente que tais fatos sejam pretéritos, que estejam no passado. Algo mais é requerido:

Em sua pura facticidade, todavia, ele [o evento] ainda não é histórico. Isso só ocorre quando o evento é colocado em conexão temporal com outros eventos para ser interpretado enquanto uma ocorrência que faz sentido – isto é, quando pode ser inserido, interpretativamente, em uma representação do processo temporal (RÜSEN, op. cit., p. 44).

Sobre a perspectiva dessa conexão temporal, retornemos a Perdigão de Oliveira, quando de sua lamentação pela condição apresentada pelo Ceará, que em quase trezentos anos de passado, ainda não apresentar sua “historia escripta!” (OLIVEIRA, 1887, p. 103). Sendo, dessa maneira, o passado aquilo que deveria ser narrado, nos deparamos com a ambiguidade, essa “não clareza” que se faz presente na aplicação e no significado do próprio termo “história”, pois o que o autor acima conclama é que o Ceará venha a ter sua história, finalmente, disposta de maneira escrita. Ou dito de outra forma, que se realize a historicização da história da então província cearense, que essa seja disposta em forma narrativa devidamente mediatizada pelas técnicas inerentes a seu processo de elaboração.

Para percebermos aquilo que aqui denominamos de ambiguidade no que se refere ao termo “história”, citemos Michel de Certeau, que caracteriza bem a dupla perspectiva que se faz valer com dito termo: “a história oscila, então, entre dois polos. Por um lado, remete a uma prática, logo, a uma realidade; por outro, é um discurso fechado, o texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade” (CERTÉAU, 2013, p. 6).

Assim sendo, o texto que encerra em si e organiza tal inteligibilidade originar-se-ia a partir de uma prática, de uma realidade passada. No caso aqui retratado, uma realidade que já somava quase três séculos. Seguindo em suas ponderações, salienta Perdigão de Oliveira que o “Ceará, que ordinariamente se avantajava a suas irmãs na escala do progresso, tem entretanto quasi tres séculos de sua vida sepultados em seus despresados archivos!...” (OLIVEIRA, 1887, p. 104). A importância dada ao viés pedagógico da história fica por demais evidente no trecho que se segue:

Quantos feitos illustres, quem sabe, permanecem ignorados?, quantas infamias, quiçá, occultam-se também nas densas trevas do silencio, sem que possam ser condemnadas



com a brasa da maldição para exemplo e edificação das gerações porvindouras e do presente? (*Idem*, p. 104).

Diante da preocupação externada acima, de se ter uma história escrita para o Ceará, sob pena do esquecimento impedir o reconhecimento de grandes feitos, como ainda dos feitos não lisonjeiros ficarem impunes diante do tribunal da história, que teria uma suposta proeminência de jogá-los à brasa da maldição, ressaltamos o seguinte traço: “o que a história deseja em última análise explicar e compreender são os homens” (RICOUER, 1968, p. 31). Explicar e compreender, para não ignorar e silenciar, como ainda exaltar, conduzir ao desenvolvimento e tornar o povo civilizado, como se pode vislumbrar nas várias perspectivas suscitadas anteriormente.

Tal questão acerca dos trezentos anos de história que o Ceará já contava ao final do século XIX nos remete a uma constatação consensual entre os historiadores daquela época, que fazem menção ao início do processo colonizador nas terras cearenses, fato esse que ocorre nos primeiros anos do século XVII, como o início de tal período de três séculos. Autores como Capistrano de Abreu, por exemplo, salientam que as iniciativas de Pero Coelho, Francisco Pinto, Luiz Figueira e Martim Soares Moreno, entre 1603 e 1610, concorreram para inserir o Ceará na história. Assim, é da relação “entre o tempo distante e o tempo presente vivaz, enquanto contexto abrangente da história” (RÜSEN, 2015, p. 46), que podemos situar essa constatação acerca dos mencionados trezentos anos de história.

Ainda sobre Soares Moreno, Capistrano de Abreu (1899, p. 252) vai designá-lo como “o fundador do Ceará”, observando que “ignora-se o anno exacto do estabelecimento de Martim Soares Moreno; o de 1610, que em geral se dá, é aproximadamente certo”. Sendo assim, sob essa perspectiva, a história no Ceará começaria com o estabelecimento do citado personagem histórico por essas plagas.

Por mais que historiadores tragam a informação de que “com quanto cuidado havia sido visitada a costa do Ceará de maneira que, antes do fim do século XV, ela era perfeitamente conhecida” (ARARIPE, 2002, p. 37), não restam questões acerca daquele que merece a primazia: “o primeiro território reconhecido e assenhorado pela gente portuguesa foi o terreno circunvizinho do estabelecimento de Martim Soares na embocadura do rio Ceará” (*Idem*, p. 38).

Assinala Paul Ricoeur que, “no plano narrativo, o acontecimento é o que, ao acontecer, faz a ação avançar” (RICOUER, 2007, p. 255). Todavia, no caso aqui em questão, o estabelecimento de P. e Soares Moreno no Ceará não somente tem o poder de fazer avançar a



história, mas sim, e antes mesmo de se considerar qualquer espécie de avanço, de fundá-la. E acerca da importância atribuída ao acontecimento, volvamos a Thomaz Pompeu (1924, p. 585-586), que sobre essa temática lançou pertinentes comentários:

Mas que é um acontecimento? Será um facto qualquer? Não, é um facto notavel. Como julga o historiador que um facto é ou não notavel? Julga-o arbitrariamente, segundo seu gosto e seu character, a sua idéia como artista. Um facto é coisa infinitamente complexa. O historiador apresenta-lo-á na sua complexidade? Isto é impossível. Ele o representará despido de todas as particularidades que o constituem, consequentemente truncado, mutilado, diferente do que fôra.

Dessa maneira, à parte as considerações sobre a arbitrariedade que recairia sobre o historiador quando de seu julgamento do passado, valorizando não o “fato qualquer” mas sim o “notável”¹⁰, resultando disso em algo deveras pessoal ao caráter e ideia de cada “artista”, o que vemos é uma perspectiva de Pompeu que se aproxima daquilo que enfatiza Rüsen, de que “tomado sozinho, porém, tal acontecimento pretérito ainda não é história. Para tanto, é necessário inseri-lo em uma perspectiva temporal, na qual aparece conectado com o presente e com o futuro, de modo a possuir sentido e significado” (RÜSEN, 2015, p. 114).

E sendo “difícil, senão impossível é ao historiador volver ao passado para conhecer, pormenorizar e discernir, na complexidade dos factos, o estado animico da quadra narrada” (BRASIL, 1924, p. 585) e além de tal dificuldade, há de se considerar que “sem o enquadramento em um modelo interpretativo (temporalmente perspectivado), as informações e as explicações do acontecimento passado ainda não são históricas” (RÜSEN, 2015, p. 80), percebemos que “na história ‘objetiva’, o ‘real’ nunca é mais do que um significado não formulado” (BARTHES, 1988, p. 156). Ou, dito de outra forma, de um significado que ainda não se formulou.

E como o discurso histórico “não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica” (*Idem*, p. 156), bem podemos inferir que ao indicar o mencionado passado de quase trezentos anos, Perdígão de Oliveira coloca-se na condição de, identificado o “real”, esse passado que aconteceu, intentar significá-lo, porquanto “o prestígio do aconteceu tem uma importância e uma amplitude verdadeiramente histórica” (*Ibidem*, p. 156).

¹⁰ RÜSEN (2015, p. 139), inclusive, corrobora com tal assertiva, quando enfatiza que “só se aborda o que interessa, o que é tido por importante”.



E tudo isso nos conduz ao gesto de criar, significando:

O acontecimento efetivo ganha, com a imaginação do narrar, uma significância que (ainda) não possui em seu puro acontecer. Para que um possível distinguir (artificialmente) da facticidade do acontecimento esse ganho de significado do narrado, é necessário recorrer ao *conceito de ficção* (RÜSEN, op. cit., p. 194).

Dessa forma, e sob tais condições, é que teríamos, por fim, escrita a história acerca do passado de quase trezentos anos que o Ceará contava. Seria dessa maneira, portanto, que o passado mais ou menos longínquo, que corre o constante risco de se ver obliterado pelo passar do tempo e o conseqüente apagamento das lembranças, teria condições, nesse processo, de tornar presente o passado do narrado, pois “a narrativa histórica se caracteriza, por conseguinte, por dar ao passado um segundo presente” (*Idem*, p. 1996).

E tal “presentificação” do passado, contida no narrar historiográfico, com seus procedimentos específicos, se dá mediante a elaboração de uma ficção, pois o que se narra não é mais o passado em si, mas uma criação, organizada em preceitos próprios e regradados.

Assim, temos que “como o narrar jamais se satisfaz com uma mera reprodução do acontecido – nem poderia satisfazer-se, em sentido estrito, pois o acontecido nunca pode ser narrado integralmente – ele contém sempre uma dose de ficção” (*Ibidem*, p. 195).

4 CONCLUSÃO

Se há de se estabelecer, no presente, o distanciamento temporal do passado que possibilite enquadrar qualquer acontecimento pretérito enquanto algo determinado e propriamente histórico, estamos, assim, a tratar de procedimentos de “feitura”, moldados a partir de técnicas específicas de produção e de métodos que se conformam pela e para a história. Percorrendo esse caminho enquanto método, passando pelo devido lugar autorizador e indo questionar o que se sabe e aquilo que não se quer saber, fechemos esse texto com Thomaz Pompeu, que assinala que “consciente ou não, a historia passa então por uma especie do *capitis diminutio*. Os factos se não apresentam nitidos na variedade e complexidade dos pormenores que os explicam e completam” (BRASIL, 1924, p. 585).

Cabe, portanto, ao historiador, no seu próprio presente, observar o passado e dele, vendo a variedade e complexidade dos pormenores ali contidos, “fazer história”, pois tanto o observador como o que é observado são considerados nessa correlação, visto que “o ponto de



partida está, por conseguinte, no presente, e o passado ‘e-volui’ dele para tornar-se a evolução em direção a ele” (RÜSEN, 2015, p. 159). Assim sendo, bem cabe lançar a questão: “a linguagem não tem ela como regra implicar, embora colocando-a como outra que não ela mesma, a realidade da qual fala?” (CERTEAU, 2013, p. 5). Thomaz Pompeu e Perdigão de Oliveira, podemos acreditar, assentiriam em tal questionamento. Mesmo que por caminhos e modos diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XIII, 1899.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

AZEVEDO, Rubens de. **Os 40 da casa do Barão**: primeiro centenário do Instituto do Ceará. Brasília: Senado Federal, 1993.

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 1º tomo. 2. ed. Fortaleza: IOCE, 1987.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 156.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso proferido pelo sr. dr. Thomaz Pompeu na sessão de 12 de março de 1889 por ocasião de sua posse se socio effectivo. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo III, 1889.

_____. Discurso pronunciado pelo Dr. Thomaz Pompeu na sessão solemne do Instituto a 26 de agosto de 1924. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1924.

_____. Ao responder ao dr. Antonio Augusto de Vasconcelos. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1929.

BRITO, Raimundo de Farias. Homens do Ceará: biografia de Thomaz Pompeu. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo I, 1896.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses**: literatura, imprensa e política. 2000. 265 f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, J. Rodrigues de. O Ceará Litterario: n’estes ultimos dez annos. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo IV, 1899.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.



FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MENESCAL, Ana Alice Miranda. Comemorações, memórias e documentos: uma hermenêutica da ideologia nacionalista na Revista do Instituto do Ceará do ano de 1903. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Santa Vitória do Palmar, RS, v. 4, n.7, 2012.

MONTENEGRO, João Alfredo. **A Historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

NOBRE, Geraldo. O Instituto de 1877: achegas históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXI, 1997.

OLIVEIRA, Almir Leal de. História, tradição e patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. **Projeto História**. São Paulo, v. 20, 2000.

_____. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. 280 f. Tese (doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A primeira villa da Província: notas para a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887.

_____. A primeira Freguezia da Provincia. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888.

_____. O resumo chronologico para a Historia do Ceará pelo senr. Major João Brígido dos Santos: ligeira apreciação. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo III, 1889.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Cópia dos officios trocados entre a Presidencia da Provincia e o Instituto. Fortaleza, tomo I, 1887.



_____. Estatutos do Instituto do Ceará. Fortaleza, tomo I, 1887.

_____. Sessão em 4 de março de 1887. Fortaleza, tomo I, 1887.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXX, 1956.

_____. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

ROMERO, Sylvio. **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

_____. **Introdução à Historia da Litteratura Brasileira**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

SOUSA, Eusébio de. **Meio século de existência**: subsídio para a história do Instituto do Ceará, 1887-1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937.

SOUSA, José Bonifácio de. O centenário de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXVI, 1952.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e factos para a história do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

_____. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924.

_____. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e João Baptista Perdigão de Oliveira. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo especial, 1929.

_____. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: notas sobre sua vida. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, tomo especial, 1929.

TINHORÃO, José Ramos. **A província e o naturalismo**. Fortaleza: NUDOC, UFC; Museu do Ceará; Arquivo Público do Estado do Ceará; Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

VARGAS, Suzana. Breve introdução explicativa ao ideário crítico da época. In: VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.



VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.